

## Sociedade e cultura colonial: formação do povo e da cultura

2012 - A experiência que tenho de lidar com aldeias de diversas nações me tem feito ver, que nunca índio fez grande confiança de branco e, se isto sucede com os que estão já civilizados, como não sucederá o mesmo com esses que estão ainda brutos.

NORONHA, M. Carta a J. Caldeira Brant. 2 jan.1751. Apud CHAIM, M. M. Aldeamentos indígenas (Goiás: 1749-1811). São Paulo: Nobel, Brasília: INL, 1983 (adaptado).

Em 1749, ao separar-se de São Paulo, a capitania de Goiás foi governada por D. Marcos de Noronha, que atendeu às diretrizes da política indigenista pombalina que incentivava a criação de aldeamentos em função

A das constantes rebeliões indígenas contra os brancos colonizadores, que ameaçavam a produção de ouro nas regiões mineradoras.

B da propagação de doenças originadas do contato com os colonizadores, que dizimaram boa parte da população indígena.

C do empenho das ordens religiosas em proteger o indígena da exploração, o que garantiu a sua supremacia na administração colonial.

D da política racista da Coroa Portuguesa, contrária à miscigenação, que organizava a sociedade em uma hierarquia dominada pelos brancos.

E da necessidade de controle dos brancos sobre a população indígena, objetivando sua adaptação às exigências do trabalho regular.

2010.2 - Chegança

Sou Pataxó,

Sou Xavante e Carriri,

Ianomâmi, sou Tupi

Guarani, sou Carajá.

Sou Pancaruru,

Carijó, Tupinajé,

Sou Potiguar, sou Caeté,

Ful-ni-ô, Tupinambá

Eu atraquei num porto muito seguro,

Céu azul, paz e ar puro...

Botei as pernas pro ar.

Logo sonhei que estava no paraíso,

Onde nem era preciso dormir para sonhar.

Mas de repente me acordei com a surpresa:

Uma esquadra portuguesa veio na praia atracar.

Da grande-nau

Um branco de barba escura,

Vestindo uma armadura me apontou pra me pegar.

E assustado dei um pulo da rede,

Pressenti a fome, a sede,

Eu pensei: "vão me acabar".

Levantei-me de Borduna já na mão.

Aí, senti no coração,

O Brasil vai começar.

NÓBREGA, A.; FREIRE, W. CD Pernambuco falando para o mundo, 1998.

A letra da canção apresenta um tema recorrente na história da colonização brasileira, as relações de poder entre portugueses e povos nativos, e representa uma crítica à ideia presente no chamado mito

a) da democracia racial, originado das relações cordiais estabelecidas entre portugueses e nativos no período anterior ao início da colonização brasileira.

b) da cordialidade brasileira, advinda da forma como os povos nativos se associaram economicamente aos portugueses, participando dos negócios coloniais açucareiros.

c) do brasileiro receptivo, oriundo da facilidade com que os nativos brasileiros aceitaram as regras impostas pelo colonizador, o que garantiu o sucesso da colonização.

d) da natural miscigenação, resultante da forma como a metrópole incentivou a união entre colonos, escravos e nativos para acelerar o povoamento da colônia.

e) do encontro, que identifica a colonização portuguesa como pacífica em função das relações de troca estabelecidas nos primeiros contatos entre portugueses e nativos.

2009.1 - O Cafundó é um bairro rural situado no município de Salto de Pirapora, a 150 km de São Paulo. Sua população, predominantemente negra, divide-se em duas parentelas: a dos Almeida Caetano e a dos Pires Pedroso. Cerca de oitenta pessoas vivem no bairro. Dessas, apenas nove detêm o título de proprietários legais dos 7,75 alqueires de terra que constituem a extensão do Cafundó, que foram doados a dois escravos, ancestrais de seus habitantes atuais, pelo antigo senhor e fazendeiro, pouco antes da Abolição, em 1888. Nessas terras, seus moradores plantam milho, feijão e mandioca e criam galinhas e porcos. Tudo em pequena escala. Sua língua materna é o português, uma variação regional que, sob muitos aspectos, poderia ser identificada como dialeto caipira. Usam um léxico de origem banto, quimbundo principalmente, cujo papel social é, sobretudo, de representá-los como africanos no Brasil.

Disponível em: <[HTTP://www.revista.iphan.gov.br](http://www.revista.iphan.gov.br)>. Acesso em: 6 abr 2009 adaptado.

O bairro de Cafundó integra o patrimônio cultural do Brasil porque

(A) possui terras herdadas de famílias antigas da região.

(B) preservou o modo de falar de origem banto e quimbundo.

(C) tem origem no período anterior à abolição da escravidão.

(D) pertence a uma comunidade rural do interior do estado de São Paulo.

(E) possui moradores que são africanos do Brasil e perderam o laço com sua origem.

2012 - Torna-se claro que quem descobriu a África no Brasil, muito antes dos europeus, foram os próprios africanos trazidos como escravos. E esta descoberta não se restringia apenas ao reino linguístico, estendia-se também a outras áreas culturais, inclusive à da religião. Há razões para pensar que os africanos, quando misturados e transportados ao Brasil, não demoraram em perceber a existência entre si de elos culturais mais profundos.

SLENES, R. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. Revista USP, n. 12, dez./jan./fev. 1991-92 (adaptado).

Com base no texto, ao favorecer o contato de indivíduos de diferentes partes da África, a experiência da escravidão no Brasil tornou possível a

A formação de uma identidade cultural afro-brasileira.

B superação de aspectos culturais africanos por antigas tradições europeias.

C reprodução de conflitos entre grupos étnicos africanos.

D manutenção das características culturais específicas de cada etnia.

E resistência à incorporação de elementos culturais indígenas.

2009.2 - Hoje em dia, nas grandes cidades, enterrar os mortos é uma prática quase íntima, que diz respeito apenas à família. A menos, é claro, que se trate de uma personalidade conhecida. Entretanto, isso nem sempre foi assim. Para um historiador, os sepultamentos são uma fonte de informações importantes para que se compreenda, por exemplo, a vida política das sociedades.

No que se refere às práticas sociais ligadas aos sepultamentos,

A na Grécia Antiga, as cerimônias fúnebres eram desvalorizadas, porque o mais importante era a democracia experimentada pelos vivos.

B na Idade Média, a Igreja tinha pouca influência sobre os rituais fúnebres, preocupando-se mais com a salvação da alma.

C no Brasil colônia, o sepultamento dos mortos nas igrejas era regido pela observância da hierarquia social.

D na época da Reforma, o catolicismo condenou os excessos de gastos que a burguesia fazia para sepultar seus mortos.

E no período posterior à Revolução Francesa, devido às grandes perturbações sociais, abandona-se a prática do luto.

2009.2 - No final do século XVI, na Bahia, Guiomar de Oliveira denunciou Antônia Nóbrega à Inquisição. Segundo o depoimento, esta lhe dava “uns pós não sabe de quê, e outros pós de osso de finado, os quais pós ela confessante deu a beber em vinho ao dito seu marido para ser seu amigo e serem bem-casados, e que todas estas coisas fez tendo-lhe dito a dita Antônia e ensinado que eram coisas diabólicas e que os diabos lha ensinaram”.

ARAÚJO, E. O teatro dos vícios. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Brasília: UnB/José Olympio, 1997.

Do ponto de vista da Inquisição,

A o problema dos métodos citados no trecho residia na dissimulação, que acabava por enganar o enfeitado.

B o diabo era um concorrente poderoso da autoridade da Igreja e somente a justiça do fogo poderia eliminá-lo.

C os ingredientes em decomposição das poções mágicas eram condenados porque afetavam a saúde da população.

D as feiticeiras representavam séria ameaça à sociedade, pois eram perceptíveis suas tendências feministas.

E os cristãos deviam preservar a instituição do casamento recorrendo exclusivamente aos ensinamentos da Igreja.

2010.1 -“Pecado nefando” era expressão correntemente utilizada pelos inquisidores para a sodomia. Nefandus: o que não pode ser dito. A Assembleia de clérigos reunida em Salvador, em 1707, considerou a sodomia “tão péssimo e horrendo crime”, tão contrário à lei da natureza, que “era indigno de ser nomeado” e, por isso mesmo, nefando.

NOVAIS, F.; MELLO E SOUZA L. História da vida privada no Brasil. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras. 1997 (adaptado).

O número de homossexuais assassinados no Brasil bateu o recorde histórico em 2009. De acordo com o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis), nesse ano foram registrados 195 mortos por motivação homofóbica no País.

Disponível em: [www.alemdanoticia.com.br/utimas\\_noticias.php?cod\\_noticia=3871](http://www.alemdanoticia.com.br/utimas_noticias.php?cod_noticia=3871). Acesso em: 29 abr. 2010 (adaptado).

A homofobia é a rejeição e menosprezo à orientação sexual do outro e, muitas vezes, expressa-se sob a forma de comportamentos violentos. Os textos indicam que as condenações públicas, perseguições e assassinatos de homossexuais no país estão associadas

a) à baixa representatividade política de grupos organizados que defendem os direitos de cidadania dos homossexuais.

b) à falência da democracia no país, que torna impeditiva a divulgação de estatísticas relacionadas à violência contra homossexuais.

c) à Constituição de 1988, que exclui do tecido social os homossexuais, além de impedi-los de exercer seus direitos políticos.

d) a um passado histórico marcado pela demonização do corpo e por formas recorrentes de tabus e intolerância.

e) a uma política eugênica desenvolvida pelo Estado, justificada a partir dos posicionamentos de correntes filosófico-científicas.

2010.2 - Gregório de Matos definiu, no século XVII, o amor e a sensualidade carnal.

“O amor é finalmente um embaraço de pernas, união de barrigas, um breve tremor de artérias.

Uma confusão de bocas, uma batalha de veias, um rebuliço de ancas, quem diz outra coisa é besta.”

VAINFAS, R. “Brasil de todos os pecados”. Revista de História. Ano1, nº 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, nov. 2003.

Vilhena descreve de seu amigo Filopono, no século XVIII, a sensualidade nas ruas de Salvador.

“Causa essencial de muitas moléstias nesta cidade é a desordenada paixão sensual que atropela e relaxa o

rigor da Justiça, as leis divinas, eclesiásticas, civis e criminais.

Logo que anoutece, entulham as ruas libidinosos, vadios e ociosos de um e outro sexo. Vagam pelas ruas e, sem pejo, fazem gala da sua torpeza.”

VILHENA, L.S. “A Bahia no século XVIII”. Coleção Baiana. v. 1. Salvador: Itapuã, 1969 (adaptado).

A sensualidade foi assunto recorrente no Brasil colonial. Opiniões se dividiam quando o tema afrontava diretamente os “bons costumes”. Nesse contexto, contribuía para explicar essas divergências

a) a existência de associações religiosas que defendiam a pureza sexual da população branca.

b) a associação da sensualidade às parcelas mais abastadas da sociedade.

c) o posicionamento liberal da sociedade oitocentista, que reivindicava mudanças de comportamento na sociedade.

d) a política pública higienista, que atrelava a sexualidade a grupos socialmente marginais.

e) a busca do controle do corpo por meio de discurso ambíguo que associava sexo, prazer, libertinagem e pecado.

2012 - Próximo da Igreja dedicada a São Gonçalo nos deparamos com uma impressionante multidão que dançava ao som de suas violas. Tão logo viram o Vice-Rei, cercaram-no e o obrigaram a dançar e pular, exercício violento e pouco apropriado tanto para sua idade quanto posição. Tivemos nós mesmos que entrar na dança, por bem ou por mal, e não deixou de ser interessante ver numa igreja padres, mulheres, frades, cavalheiros e escravos a dançar e pular misturados, e a gritar a plenos pulmões “Viva São Gonçalo do Amarante”.

BARBINAIS, Le Gentil. Nouveau Voyage autour du monde. Apud: TINHORÃO, J. R. As festas no Brasil Colonial. São Paulo: Ed. 34, 2000 (adaptado).



O viajante francês, ao descrever suas impressões sobre uma festa ocorrida em Salvador, em 1717, demonstra dificuldade em entendê-la, porque, como outras manifestações religiosas do período colonial, ela

A seguia os preceitos advindos da hierarquia católica romana.

B demarcava a submissão do povo à autoridade constituída.

C definia o pertencimento dos padres às camadas populares.

D afirmava um sentido comunitário de partilha da devoção.

E harmonizava as relações sociais entre escravos e senhores.

(Enem 2013) Seguiam-se vinte criados custosamente vestidos e montados em soberbos cavalos; depois

destes, marchava o Embaixador do Rei do Congo magnificamente ornado de seda azul para anunciar ao Senado que a vinda do Rei estava destinada para o dia dezesseis. Em resposta obteve repetidas vivas do povo que concorreu alegre e admirado de tanta grandeza.

“Coroação do Rei do Congo em Santo Amaro”, Bahia apud DEL PRIORE, M. *Festas e utopias no Brasil colonial*. In: CATELLI JR., R. *Um olhar sobre as festas populares brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (adaptado).

Originária dos tempos coloniais, a festa da Coroação do Rei do Congo evidencia um processo de

- a) exclusão social.
- b) imposição religiosa.
- c) acomodação política.
- d) supressão simbólica.
- e) ressignificação cultural.

## Período Joanino e Independência

2010.2 - O alfaiate pardo João de Deus, que, na altura em que foi preso, não tinha mais do que 80 réis e oito filhos, declarava que “Todos os brasileiros se fizesse franceses, para viverem em igualdade e abundância”. MAXWELL, K. *Condicionalismos da independência do Brasil*. SILVA, M. N. (Org.). *O império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986.

O texto faz referência à Conjuração Baiana. No contexto da crise do sistema colonial, esse movimento se diferenciou dos demais movimentos libertários ocorridos no Brasil por

a) defender a igualdade econômica, extinguindo a propriedade, conforme proposto nos movimentos liberais da França napoleônica.

b) introduzir no Brasil o pensamento e o ideário liberal que moveram os revolucionários ingleses na luta contra o absolutismo monárquico.

c) propor a instalação de um regime nos moldes da república dos Estados Unidos, sem alterar a ordem socioeconômica escravista e latifundiária.

d) apresentar um caráter elitista burguês, uma vez que sofrera influência direta da Revolução Francesa, propondo o sistema censitário de votação.

e) defender um governo democrático que garantisse a participação política das camadas populares, influenciado pelo ideário da Revolução Francesa.

2011 - No clima das ideias que se seguiram à revolta de São Domingos, o descobrimento de planos para um levante armado dos artífices mulatos na Bahia, no ano de 1798, teve impacto muito especial; esses planos demonstravam aquilo que os brancos conscientes tinham já começado a compreender: as ideias de igualdade social estavam a propagar-se numa sociedade em que só um terço da população era de brancos e iriam inevitavelmente ser interpretados em termos raciais.

MAXWELL. K. Condicionais da Independência do Brasil. In: SILVA, M.N. (coord.) O Império luso-brasileiro, 1750-1822. Lisboa: Estampa, 1986.

O temor do radicalismo da luta negra no Haiti e das propostas das lideranças populares da Conjuração Baiana (1798) levaram setores da elite colonial brasileira a novas posturas diante das reivindicações populares. No período da Independência, parte da elite participou ativamente do processo, no intuito de

a) instalar um partido nacional, sob sua liderança, garantindo participação controlada dos afro-brasileiros e inibindo novas rebeliões de negros.

b) atender aos clamores apresentados no movimento baiano, de modo a inviabilizar novas rebeliões, garantindo o controle da situação.

c) firmar alianças com as lideranças escravas, permitindo a promoção de mudanças exigidas pelo povo sem a profundidade proposta inicialmente.

d) impedir que o povo conferisse ao movimento um teor libertário, o que terminaria por prejudicar seus interesses e seu projeto de nação.

e) rebelar-se contra as representações metropolitanas, isolando politicamente o Príncipe Regente, instalando um governo conservador para controlar o povo.

2010.1 - Em 2008 foram comemorados os 200 anos da mudança da família real portuguesa para o Brasil, onde foi instalada a sede do reino. Uma sequência de eventos importantes ocorreu no período 1808-1821,

durante os 13 anos em que D. João VI e a família real portuguesa permaneceram no Brasil.

Entre esses eventos, destacam-se os seguintes:

- Bahia – 1808: Parada do navio que trazia a família real portuguesa para o Brasil, sob a proteção da marinha britânica, fugindo de um possível ataque de Napoleão.

- Rio de Janeiro – 1808: desembarque da família real portuguesa na cidade onde residiriam durante sua permanência no Brasil.

- Salvador – 1810: D. João VI assina a carta régia de abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas, ato antecipadamente negociado com a Inglaterra em troca da escolta dada à esquadra portuguesa.

- Rio de Janeiro – 1816: D. João VI torna-se rei do Brasil e de Portugal, devido à morte de sua mãe, D. Maria I.

- Pernambuco – 1817: As tropas de D. João VI sufocam a revolução republicana.

GOMES. L. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2007 (adaptado)

Uma das consequências desses eventos foi

a) a decadência do império britânico, em razão do contrabando de produtos ingleses através dos portos brasileiros,

b) o fim do comércio de escravos no Brasil, porque a Inglaterra decretara, em 1806, a proibição do tráfico de escravos em seus domínios.

c) a conquista da região do rio da Prata em represália à aliança entre a Espanha e a França de Napoleão.

d) a abertura de estradas, que permitiu o rompimento do isolamento que vigorava entre as províncias do país, o que dificultava a comunicação antes de 1808.

e) o grande desenvolvimento econômico de Portugal após a vinda de D. João VI para o Brasil, uma vez que



cessaram as despesas de manutenção do rei e de sua família.

2010.1 - Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que o presente Alvará virem: que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil.

Alvará de liberdade para as indústrias (1º de Abril de 1808). In: Bonavides, P.; Amaral, R. Textos políticos da História do Brasil. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 2002 (adaptado).

O projeto industrializante de D. João, conforme expresso no alvará, não se concretizou. Que características desse período explicam esse fato?

- A ocupação de Portugal pelas tropas francesas e o fechamento das manufaturas portuguesas.
- A dependência portuguesa da Inglaterra e o predomínio industrial inglês sobre suas redes de comércio.
- A desconfiança da burguesia industrial colonial diante da chegada da família real portuguesa.
- O confronto entre a França e a Inglaterra e a posição dúbia assumida por Portugal no comércio internacional.
- O atraso industrial da colônia provocado pela perda de mercados para as indústrias portuguesas.

2009.2 - No tempo da independência do Brasil, circulavam nas classes populares do Recife trovas que faziam alusão à revolta escrava do Haiti:

Marinheiros e caiados

Todos devem se acabar,

Porque só pardos e pretos

O país hão de habitar.

AMARAL, F. P. do. Apud CARVALHO, A. Estudos pernambucanos. Recife: Cultura Acadêmica, 1907.

O período da independência do Brasil registra conflitos raciais, como se depreende

A dos rumores acerca da revolta escrava do Haiti, que circulavam entre a população escrava e entre os mestiços pobres, alimentando seu desejo por mudanças.

B da rejeição aos portugueses, brancos, que significava a rejeição à opressão da Metrópole, como ocorreu na Noite das Garrafadas.

C do apoio que escravos e negros forros deram à monarquia, com a perspectiva de receber sua proteção contra as injustiças do sistema escravista.

D do repúdio que os escravos trabalhadores dos portos demonstravam contra os marinheiros, porque estes representavam a elite branca opressora.

E da expulsão de vários líderes negros independentistas, que defendiam a implantação de uma república negra, a exemplo do Haiti.

2009.1 - As imagens reproduzem quadros de D. João VI e de seu filho D. Pedro I nos respectivos papéis de monarcas. A arte do retrato foi amplamente utilizada pela nobreza ocidental, com objetivos de representação política e de promoção social. No caso dos reis, essa era uma forma de se fazer presente em várias partes do reino e, sobretudo, de se mostrar em majestade.





Imagem I - Jean Batiste Debret, Retrato de D. João VI. 1017. óleo s/tela. 060 X 042cm. Acervo do Museu de Belas Artes/IPHAN/M!NC. Rio de Janeiro.

Imagem II - Henrique José da Silva, Retrato do Imperador em trajes Majestáticos, Gravura sobre metal feita por Urbain Massard, 064 x 0,44m, Acervo do Museu Imperial.

A comparação das imagens permite concluir que

(A) as obras apresentam substantivas diferenças no que diz respeito à representação do poder.

(B) o quadro de D. João VI é mais suntuoso, porque retrata um monarca europeu típico do século XIX.

(C) os quadros dos monarcas têm baixo impacto promocional, uma vez que não estão usando a coroa, nem ocupam o trono.

(D) a arte dos retratos, no Brasil do século XIX, era monopólio de pintores franceses, como Debret.

(E) o fato de pai e filho aparecerem pintados de forma semelhante sublinha o caráter de continuidade dinástica, aspecto político essencial ao exercício do poder régio.

## Primeiro Reinado e Regência

2011 - Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais militares que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras.

IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Constituição Política do Império do Brasil (1824). Disponível em: <https://legislação.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2010 (adaptado).

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição de 1824 regulamentou o direito de voto dos “cidadãos brasileiros” com o objetivo de garantir

a) o fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.

b) a ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.

c) a concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.

d) o controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.

e) a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

2009.1 - A Confederação do Equador contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo os proprietários rurais que, em grande parte, haviam apoiado o movimento de independência e a ascensão de D. Pedro I ao trono. A necessidade de lutar contra o poder central fez com que a aristocracia rural mobilizasse as camadas populares, que passaram então a questionar não apenas o autoritarismo do poder central, mas o da própria aristocracia da província. Os líderes mais democráticos defendiam a extinção do tráfico negreiro e mais igualdade social. Essas ideias assustaram os grandes proprietários de terras que, temendo uma revolução popular, decidiram se afastar do movimento. Abandonado pelas elites, o movimento enfraqueceu e não conseguiu resistir à violenta pressão organizada pelo governo imperial.





FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996 (adaptado).

Com base no texto, é possível concluir que a composição da Confederação do Equador envolveu, a princípio,

(A) os escravos e os latifundiários descontentes com o poder centralizado.

(B) diversas camadas, incluindo os grandes latifundiários, na luta contra a centralização política.

(C) as camadas mais baixas da área rural, mobilizadas pela aristocracia, que tentava subjugar o Rio de Janeiro.

(D) as camadas mais baixas da população, incluindo os escravos, que desejavam o fim da hegemonia do Rio de Janeiro.

(E) as camadas populares, mobilizadas pela aristocracia rural, cujos objetivos incluíam a ascensão de D. Pedro I ao trono.

2012 - Após o retorno de uma viagem a Minas Gerais, onde Pedro I fora recebido com grande frieza, seus partidários prepararam uma série de manifestações a favor do imperador no Rio de Janeiro, armando fogueiras e luminárias na cidade. Contudo, na noite de 11 de março, tiveram início os conflitos que ficaram conhecidos como a Noite das Garrafadas, durante os quais os "brasileiros" apagavam as fogueiras "portuguesas" e atacavam as casas iluminadas, sendo respondidos com cacos de garrafas jogadas das janelas.

VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008 (adaptado).

Os anos finais do I Reinado (1822-1831) se caracterizaram pelo aumento da tensão política.

Nesse sentido, a análise dos episódios descritos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro revela

A estímulos ao racismo.

B apoio ao xenofobismo.

C críticas ao federalismo.

D repúdio ao republicanismo.

E questionamentos ao autoritarismo.

2010.1 - Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos "barões do café", para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro.

O contexto do Período Regencial foi marcado

a) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.

b) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.

c) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.

d) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos "barões do café".

e) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

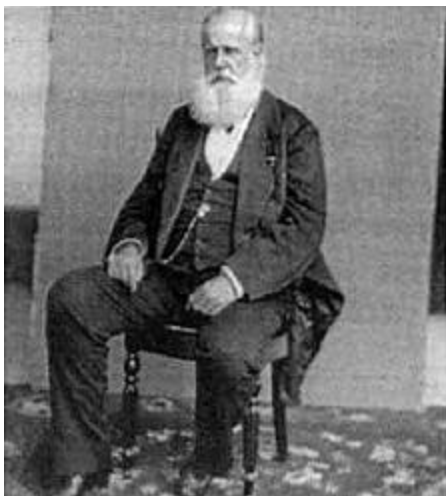
## Segundo Reinado

2013 -



MOREAUX, F. R. *Proclamação da Independência*

Disponível em: [www.tvbrasil.org.br](http://www.tvbrasil.org.br), Acesso em: 14 jun. 2010.



FERREZ, M. D. *Pedro II.*

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

As imagens, que retratam D. Pedro I e D. Pedro II, procuram transmitir determinadas representações políticas acerca dos dois monarcas e seus contextos de atuação. A ideia que cada imagem evoca é, respectivamente

- a) Habilidade militar — riqueza pessoal.
- b) Liderança popular — estabilidade política.
- c) Instabilidade econômica — herança europeia.
- d) Isolamento político — centralização do poder.

e) Nacionalismo exacerbado — inovação administrativa.

### 2013 -TEXTO I

Ela acorda tarde depois de ter ido ao teatro e à dança; ela lê romances, além de desperdiçar o tempo a olhar para a rua da sua janela ou da sua varanda; passa horas no toucador a arrumar o seu complicado penteado; um número igual de horas praticando piano e mais outra na sua aula de francês ou de dança.

Comentário do Padre Lopes da Gama acerca dos costumes femininos [1839] apud SILVA, T. V. Z. *Mulheres, cultura e literatura brasileira. Ipotesi — Revista dos Estudos Literários*, Juiz de Fora, v. 2. n. 2, 1998.

### TEXTO II

As janelas e portas gradeadas com treliças não eram cadeias confessas, positivas; mas eram, pelo aspecto e pelo seu destino, grande gaiolas, onde os pais e maridos zelavam, sonegadas à sociedade, as filhas e as esposas.

MACEDO, J.M. “Memória da Rua do Ouvidor [1878]”. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br). Acesso em: 20 maio 2013 (adaptado).

A representação social do feminino comum aos dois textos é o(a)

- a) submissão de gênero, apoiada pela concepção patriarcal de família.
- b) acesso aos produtos de beleza, decorrência da abertura dos portos.
- c) ampliação do espaço de entretenimento, voltado às distintas classes sociais.
- d) proteção da honra, medida pela disputa masculina em relação às damas da corte.

e) valorização do casamento cristão, respaldado pelos interesses vinculados à herança.

2010.1 - Substitui-se então uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa república que já se viu na América Latina, a do Paraguai.

CHIAVENATTO, J. J. Genocídio americano: A Guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1979 (adaptado).

O imperialismo inglês, "destruindo o Paraguai, mantém o status o na América Meridional, impedindo a ascensão do seu único Estado economicamente livre". Essa teoria conspiratória vai contra a realidade dos fatos e não tem provas documentais. Contudo essa teoria tem alguma repercussão.

(DORATIOTO. F. Maldita guerra: nova historia da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2002 (adaptado).

Uma leitura dessas narrativas divergentes demonstra que ambas estão refletindo sobre

- a) a carência de fontes para a pesquisa sobre os reais motivos dessa Guerra.
- b) o caráter positivista das diferentes versões sobre essa Guerra.
- c) o resultado das intervenções britânicas nos cenários de batalha.
- d) a dificuldade de elaborar explicações convincentes sobre os motivos dessa Guerra.
- e) o nível de crueldade das ações do exército brasileiro e argentino durante o conflito.

2010.2 - Para o Paraguai, portanto, essa foi uma guerra pela sobrevivência. De todo modo, uma guerra contra dois gigantes estava fadada a ser um teste debilitante e severo para uma economia de base tão

estreita. Lopez precisava de uma vitória rápida e, se não conseguisse vencer rapidamente, provavelmente não venceria nunca.

LYNCH, J. "As Repúblicas do Prata: da Independência à Guerra do Paraguai". BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: da independência até 1870, v. III. São Paulo: EDUSP, 2004.

A Guerra do Paraguai teve consequências políticas importantes para o Brasil, pois

- a) representou a afirmação do Exército Brasileiro como um ator político de primeira ordem.
- b) confirmou a conquista da hegemonia brasileira sobre a Bacia Platina.
- c) concretizou a emancipação dos escravos negros.
- d) incentivou a adoção de um regime constitucional monárquico.
- e) solucionou a crise financeira, em razão das indenizações recebidas.

2009.1 - Por volta de 1800, com o progresso de uma economia primária e de exportação, consolidou-se em quase toda a América Latina um novo pacto colonial que substituiu aquele imposto por Espanha e Portugal. No mesmo momento em que se afirmou, o novo pacto colonial começou a se modificar em sentido favorável à metrópole. A crescente complexidade das atividades ligadas aos transportes e às trocas comerciais multiplicou a presença dessas economias metropolitanas em toda a área da América Latina; as ferrovias, as instalações frigoríficas, os silos e as usinas, em proporções diversas conforme a região tornaram-se ilhas econômicas estrangeiras em zonas periféricas.

DONGHI, T. H. História da América Latina. RJ: Paz e Terra, 2005 (adaptado).



De acordo com o texto, o pacto colonial imposto por Espanha e Portugal a quase toda a América Latina foi substituído em função

- (A) das ilhas de desenvolvimento instaladas nas periferias das grandes cidades.
- (B) da restauração, por volta de 1880, do pacto colonial entre a América Latina e as antigas metrópoles.
- (C) do domínio, em novos termos, do capital estrangeiro sobre a economia periférica, a América Latina.
- (D) das ferrovias, frigoríficos, silos e usinas instaladas em benefício do desenvolvimento integrado e homogêneo da América Latina.
- (E) do comércio e da implantação de redes de transporte, que são instrumentos de fortalecimento do capital nacional frente ao estrangeiro.

2009.2 - O suíço Thomas Davatz chegou a São Paulo em 1855 para trabalhar como colono na fazenda de café Ibicaba, em Campinas. A perspectiva de prosperidade que o atraiu para o Brasil deu lugar a insatisfação e revolta, que ele registrou em livro. Sobre o percurso entre o porto de Santos e o planalto paulista, escreveu Davatz: “As estradas do Brasil, salvo em alguns trechos, são péssimas. Em quase toda parte, falta qualquer espécie de calçamento ou mesmo de saibro. Constam apenas de terra simples, sem nenhum benefício. É fácil prever que nessas estradas não se encontram estalagens e hospedarias como as da Europa. Nas cidades maiores, o viajante pode naturalmente encontrar aposento sofrível; nunca, porém, qualquer coisa de comparável à comodidade que proporciona na Europa qualquer estalagem rural. Tais cidades são, porém, muito poucas na distância que vai de Santos a Ibicaba e que se percorre em cinquenta horas no mínimo”. Em 1867 foi inaugurada a ferrovia ligando Santos a Jundiá, o que abreviou o tempo de viagem entre o litoral e o planalto para menos de um dia. Nos anos seguintes, foram construídos outros ramais ferroviários que

articularam o interior cafeeiro ao porto de exportação, Santos.

DAVATZ, T. Memórias de um colono no Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1941 (adaptado).

O impacto das ferrovias na promoção de projetos de colonização com base em imigrantes europeus foi importante, porque

A o percurso dos imigrantes até o interior, antes das ferrovias, era feito a pé ou em muletas; no entanto, o tempo de viagem era aceitável, uma vez que o café era plantado nas proximidades da capital, São Paulo.

B a expansão da malha ferroviária pelo interior de São Paulo permitiu que mão-de-obra estrangeira fosse contratada para trabalhar em cafezais de regiões cada vez mais distantes do porto de Santos.

C o escoamento da produção de café se viu beneficiado pelos aportes de capital, principalmente de colonos italianos, que desejavam melhorar sua situação econômica.

D os fazendeiros puderam prescindir da mão-de-obra europeia e contrataram trabalhadores brasileiros provenientes de outras regiões para trabalhar em suas plantações.

E as notícias de terras acessíveis atraíram para São Paulo grande quantidade de imigrantes, que adquiriram vastas propriedades produtivas.

2013 -Ninguém desconhece a necessidade que todos os fazendeiros têm de aumentar o número de seus trabalhadores. E como até há pouco supriam-se os fazendeiros dos braços necessários? As fazendas eram alimentadas pela aquisição de escravos, sem o menor auxílio pecuniário do governo. Ora, se os fazendeiros se supriam de braços à sua custa, e se é possível obtê-los ainda, posto que de outra qualidade, por que motivo não hão de procurar alcançá-los pela mesma maneira, isto é, à sua custa?

Resposta de Manuel Felizardo de Sousa e Mello, diretor geral das Terras Públicas, ao Senador Vergueiro. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da*

*vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988 (adaptado).

O fragmento do discurso dirigido ao parlamentar do Império refere-se às mudanças então em curso no campo brasileiro, que confrontam o Estado e a elite agrária em torno do objetivo de

- a) fomentar ações públicas para ocupação das terras do interior.
- b) adotar o regime assalariado para proteção da mão de obra estrangeira.
- c) definir uma política de subsídio governamental para o fomento da imigração.
- d) regulamentar o tráfico interprovincial de cativos para a sobrevivência das fazendas.
- e) financiar afixação de famílias camponesas para estímulo da agricultura de subsistência.

2010.2 - A dependência regional maior ou menor da mão de obra escrava teve reflexos políticos importantes no encaminhamento da extinção da escravatura. Mas a possibilidade e a habilidade de lograr uma solução alternativa – caso típico de São Paulo – desempenharam, ao mesmo tempo, papel relevante.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2000.

A crise do escravismo expressava a difícil questão em torno da substituição da mão de obra, que resultou

- a) na constituição de um mercado interno de mão de obra livre, constituído pelos libertos, uma vez que a maioria dos imigrantes se rebelou contra a superexploração do trabalho.
- b) no confronto entre a aristocracia tradicional, que defendia a escravidão e os privilégios políticos, e os cafeicultores, que lutavam pela modernização econômica com a adoção do trabalho livre.
- c) no “branqueamento” da população, para afastar o predomínio das raças consideradas inferiores e

concretizar a ideia do Brasil como modelo de civilização dos trópicos.

- d) no tráfico interprovincial dos escravos das áreas decadentes do Nordeste para o Vale do Paraíba, para a garantia da rentabilidade do café.
- e) na adoção de formas disfarçadas de trabalho compulsório com emprego dos libertos nos cafezais paulistas, uma vez que os imigrantes foram trabalhar em outras regiões do país.

2010.2 - A imagem retrata uma cena da vida cotidiana dos escravos urbanos no início do século XIX. Lembrando que as atividades desempenhadas por esses trabalhadores eram diversas, os escravos de aluguel representados na pintura



DEBRET, J. B.; SOUZA, L. M. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida na América Portuguesa*, v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- a) vendiam a produção da lavoura cafeeira para os moradores das cidades.
- b) trabalhavam nas casas de seus senhores e acompanhavam as donzelas na rua.
- c) realizavam trabalhos temporários em troca de pagamento para os seus senhores.
- d) eram autônomos, sendo contratados por outros senhores para realizarem atividades comerciais.
- e) aguardavam a sua própria venda após desembarcarem no porto.



2011 –



Foto de Militão, São Paulo, 1879. ALENCASTRO, L. F. (org). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional.* São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Que aspecto histórico da escravidão no Brasil do séc. XIX pode ser identificado a partir da análise do vestuário do casal retratado acima?

- a) O uso de trajés simples indica a rápida incorporação dos ex-escravos ao mundo do trabalho urbano.
- b) A presença de acessórios como chapéu e sombrinha aponta para a manutenção de elementos culturais de origem africana.
- c) O uso de sapatos é um importante elemento de diferenciação social entre negros libertos ou em melhores condições na ordem escravocrata.
- d) A utilização do paletó e do vestido demonstra a tentativa de assimilação de um estilo europeu como forma de distinção em relação aos brasileiros.
- e) A adoção de roupas próprias para o trabalho doméstico tinha como finalidade demarcar as fronteiras da exclusão social naquele contexto.

2013 -A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições

ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre. É no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade.

NABUCO, J. *O abolicionismo [1883]*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha 2000 (adaptado).

No texto, Joaquim Nabuco defende um projeto político sobre como deveria ocorrer o fim da escravidão no Brasil, no qual

- a) copiava o modelo haitiano de emancipação negra.
- b) incentivava a conquista de alforrias por meio de ações judiciais.
- c) optava pela via legalista de libertação.
- d) priorizava a negociação em torno das indenizações aos senhores.
- e) antecipava a libertação paternalista dos cativos.

57 - 2010.1 - Negro, filho de escrava e fidalgo português, o baiano Luiz Gama fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Foi vendido ilegalmente como escravo pelo seu pai para cobrir dívidas de jogo. Sabendo ler e escrever, aos 18 anos de idade conseguiu provas de que havia nascido livre. Autodidata, advogado sem diploma, fez do direito o seu ofício e transformou-se, em pouco tempo, em proeminente advogado da causa abolicionista.

AZEVEDO, E. O Orfeu de carapinha. In: Revista de Historia. Ano 1, n.o 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, jan. 2004 (adaptado).

A conquista da liberdade pelos afro-brasileiros na segunda metade do séc. XIX foi resultado de importantes lutas sociais condicionadas historicamente. A biografia de Luiz Gama exemplifica a





- a) impossibilidade de ascensão social do negro forro em uma sociedade escravocrata, mesmo sendo alfabetizado.
- b) extrema dificuldade de projeção dos intelectuais negros nesse contexto e a utilização do Direito como canal de luta pela liberdade.
- c) rigidez de uma sociedade, assentada na escravidão, que inviabilizava os mecanismos de ascensão social.
- d) possibilidade de ascensão social, viabilizada pelo apoio das elites dominantes, a um mestiço filho de pai português.
- e) troca de favores entre um representante negro e a elite agrária escravista que outorgara o direito advocatício ao mesmo.

82 - 2010.2 - Ó sublime pergaminho

Libertação geral

A princesa chorou ao receber

A rosa de ouro papal

Uma chuva de flores cobriu o salão

E o negro jornalista

De joelhos beijou a sua mão

Uma voz na varanda do paço ecoou:

“Meu Deus, meu Deus

Está extinta a escravidão”

MELODIA, Z.; RUSSO, N.; MADRUGADA, C. Sublime Pergaminho. Disponível em <http://www.lettras.terra.com.br>. Acesso em: 28 abr. 2010.

O samba-enredo de 1968 reflete e reforça uma concepção acerca do fim da escravidão ainda viva em nossa memória, mas que não encontra respaldo nos estudos históricos mais recentes. Nessa concepção ultrapassada, a abolição é apresentada como

- a) conquista dos trabalhadores urbanos livres, que demandavam a redução da jornada de trabalho.
- b) concessão do governo, que ofereceu benefícios aos negros, sem consideração pelas lutas de escravos e abolicionistas.
- c) ruptura na estrutura socioeconômica do país, sendo responsável pela otimização da inclusão social dos libertos.
- d) fruto de um pacto social, uma vez que agradaria os agentes históricos envolvidos na questão: fazendeiros, governo e escravos.
- e) forma de inclusão social, uma vez que a abolição possibilitaria a concretização de direitos civis e sociais para os negros.